



Bolsonaro lança mais um pacote de maldades contra os trabalhadores aprovado pela maioria dos deputados

O governo Bolsonaro lançou recentemente mais um pacote de maldades contra a classe trabalhadora que foi aprovado pela maioria dos deputados. As Medidas Provisórias 1108 e 1109 mantêm e ampliam os ataques aos direitos que vêm desde o início da pandemia, ou seja, novamente o governo Bolsonaro lança um pacote em que os patrões se aproveitam da tragédia para piorar ainda mais a Reforma Trabalhista de 2017.

A proposta aprovada pela maioria dos deputados que estão à serviço dos patrões, permite que as empresas suspendam contratos de trabalho, reduzam a jornada de trabalho com redução salarial, usem banco de horas, antecipem feriados, férias individuais e coletivas.

As empresas ficam livres de fazer o depósito do FGTS durante o período de calamidade pública e a medida também libera os patrões a impor o teletrabalho, o que significa deixar os trabalhadores reféns da empresa a qualquer hora do dia e da noite, desprotegidos em relação a sua saúde e tendo que arcar com os custos dos equipamentos necessários ao trabalho.

As Medidas Provisórias mantêm outro ataque contra a organização dos trabalhadores, pois não obriga a realização de negociação e Acordo Coletivo com os Sindicatos, liberando os patrões a impor acordo individual, que não é acordo é pressão contra o trabalhador para aceitar a redução de salário, banco de horas e mais ataques aos direitos.

Vários trechos da Medidas Provisória definem que as empresas poderão ao seu critério se utilizar da suspensão de contratos de trabalho, redução salarial, banco de horas, ou seja, o que já é um ataque aos trabalhadores durante a pandemia, pode ser estendido para além dela. Pois a proposta do governo não define claramente o que se enquadra em estado de calamidade pública e de urgência. O governo fez isso de propósito porque tenta a todo custo piorar ainda mais a reforma trabalhista de 2017. Por isso, é necessário que os trabalhadores fiquem alertas para mais ataques.

PLR: fique ligado, setembro é mês de receber a 1ª parcela

Trabalhadores com data-base em abril tem até o último dia de setembro para receber a primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), resultado do ano de 2022.

Já a segunda parcela será paga até o último dia de março de 2023. Lembramos que o valor da PLR é de R\$ 1.000,00 dividido em 02 parcelas.

Só pra lembrar: não recebeu no prazo? Ligue: 3226-3577.

Dia de pagamento de salário é coisa séria

As empresas têm até o dia 05 de cada mês para efetuar o pagamento do salário e até o dia 20 o adiantamento salarial.

O Sindicato informa que, caso isso não ocorra, o trabalhador terá direito a uma multa de 5% no valor do piso da categoria.

Sendo assim, se o seu salário não vem sendo pago no dia correto (5), denuncie ao Sindicato.

Não esqueça de assinar e anotar a data no holerite pois você pode não conhecer o seu direito, mas o patrão sabe muito bem e na maioria das vezes quando o salário é pago com atraso, o holerite já vem com a data errada.

A má intenção de alguns patrões é tanta que tem encarregados que ao entregar o holerite ao trabalhador, pedem só para assinar, não aceite isso!



Faça parte da luta da categoria, sindicalize-se!

Em defesa dos direitos, vamos derrotar Bolsonaro nas urnas

As eleições no Brasil se aproximam, mas só votar não basta. É preciso derrotar o governo Bolsonaro nas urnas e fortalecer a luta contra os ataques dos patrões e de qualquer governo.

Bolsonaro fez surgir aqueles que estavam escondidos no esgoto, aqueles que têm saudade da ditadura militar, aqueles que agridem mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, e aqueles que atacam direitos dos trabalhadores e suas organizações, os sindicatos.

Desde o início da pandemia, Bolsonaro não deu importância para as vacinas, mentiu dizendo que a Covid-19 não era uma doença grave, foi contra o auxílio emergencial espalhando miséria, fome e morte. Agora que vê que vai perder a eleição, usa o auxílio emergencial para enganar a população pobre e ao mesmo tempo libera patrão para passar por cima de direitos dos trabalhadores.

Nós da Intersindical decidimos indicar o voto em Lula, mas sem ilusão de que seu governo irá resolver os problemas enfrentados pela classe trabalhadora.

OPT quando esteve na presidência do país enfrentou aqueles que atacam os trabalhadores, fez um governo distribuindo um pouco para quem não tinha nada, mas manteve medidas para aumentar o lucro dos capitalistas.

Vamos votar em Lula para derrotar Bolsonaro, porém o mais importante é fortalecer a luta nos locais de trabalho, moradia e educação exigindo do governo do PT a revogação das reformas trabalhista e previdenciária que acabaram com direitos e de todas as ações do governo Bolsonaro que atacam a vida de mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, os serviços públicos e os direitos do conjunto da classe trabalhadora.



Você já recebeu o aumento salarial?

A Campanha Salarial 2022 foi encerrada no final de maio com a aprovação dos trabalhadores em assembleia da proposta encaminhada pelo sindicato patronal.

Apesar disso, até hoje tem patrão que ainda não pagou o reajuste salarial e nem o retroativo, assim como ainda não aplicou o índice de reajuste ao Vale Refeição.

Contra esses maus patrões, o Sindicato vai tomar as providências jurídicas e políticas. Mas pra isso, é necessário a organização de todos no local de trabalho.

Diga não aos maus patrões.

Pra você conferir e não esquecer

- Reajuste Salarial: 11,73% (retroativo à 1º de abril)
 - Piso salarial: R\$ 1.900,00
 - Vale Refeição/Alimentação: R\$ 33,50 p/dia (quem recebe acima, acrescenta-se 11,73%)
 - Participação nos Lucros e Resultados (PLR): R\$ 1.000,00 em duas vezes 1ª parcela até 30/09/2022 e 2ª parcela até 31/03/2023.
- *O Sindicato informa que a proposta do piso salarial do Sindifupi é a seguinte:
- Empresas com até 15 trabalhadores: R\$ 1.723,49
 - Empresas acima de 15 trabalhadores: R\$ 1.900,00

A importância dos Sindicatos na luta contra os ataques dos patrões

Uma recente pesquisa do Internacional Trade Union Confederation (ITUC), indicou que o Brasil é um dos piores países para trabalhar entre outros 148 países. A reforma trabalhista e as recentes mudanças na legislação contribuíram para essa classificação.

De início alardeada que iria gerar empregos, na realidade reduziu direitos. O desemprego continua com uma alta taxa entre os brasileiros nos últimos anos, aliado à chegada da pandemia e a escalada da inflação dos produtos no país.

Essa alta taxa de desemprego favorece a precarização das condições de trabalho como um todo, seja aumentando a informalidade dos postos de trabalho e/ou o descumprimento da legislação trabalhista.

A relação direta entre trabalhador e patrão pressupõe a existência de igualdade entre as partes, igualdade essa que não existe de fato, já que o trabalhador é parte economicamente mais fraca da relação de trabalho.

Os sindicatos representam os interesses dos trabalhadores, atuam justamente para compensar o poder dos patrões na relação contratual e manter o equilíbrio entre capital e trabalho.



Sugestões, dúvidas ou ataques aos seus direitos e irregularidades na empresa?

Ligue 3226-3572 ou pelo e-mail: metalurgicosbs@metalurgicosbs.org.br

(13) 98216-0145

Sigilo absoluto

Telefones dos diretores do Sindicato (Plantão: 3226-3577) - Gato: 99716-8512 - Cascatinha: 99141-7684 - Maicon: 98185-2928 - Ramiro: 98856-6245 - Elton: 98185-2929 - 98185-2888 - Fernando: 99136-8963 - Julio: 99105-4037 - Humberto: 99716-8511 - Luizão: 99136-3319 - Ismael: 99136-6757 - Edson: 99136-6397 - Ivan: 98117-7109 - Dilson: 99721-2585 - Matheus: 98850-7577.

O Metalúrgico - Publicação sob a responsabilidade da diretoria do STISMMEC. Site: metalurgicosbs.org.br - E-mail: metalurgicosbs@metalurgicosbs.org.br

